

Bergson: o problema mente-cérebro sob uma perspectiva pragmática

Bergson: the mind-brain problem from a pragmatic perspective

Ricardo Pinho Souto¹⁰⁴

RESUMO: O presente trabalho apresenta o problema mente-cérebro a partir do pensamento do pensador francês Henri Bergson. Partindo do dualismo de substância de Descartes, Bergson elabora uma Teoria da Ação, através da qual a memória e a percepção ocupam lugar destacado. Neste percurso, o cérebro é tomado como órgão que seleciona dentre as lembranças/memórias aquelas úteis à ação. Neste momento o dualismo cartesiano assume o aspecto pragmático destacado no artigo. Ao final, pesquisas recentes acerca do cérebro são revisadas e confrontadas com as ideias anteriormente expostas.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia, Bergson, mente-cérebro, pragmatismo.

ABSTRACT: The present work presents the mind-brain problem from the thought of the French thinker Henri Bergson. Starting from Descartes' dualism of substance, Bergson elaborates a Theory of Action, through which memory and perception occupy a prominent place. In this course, the brain is taken as the organ that selects from those memories / memories those useful to action. At this point the Cartesian dualism assumes the pragmatic aspect highlighted in the article. In the end, recent research on the brain is reviewed and confronted with the ideas discussed above.

KEYWORDS: Epistemology, Bergson, mind-brain, pragmatism.

¹⁰⁴ Doutor em Psicologia Cognitiva. Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco. Email: Ricardopinho11@unicap.br.

Considerações iniciais

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a tese defendida por Bergson acerca da função do cérebro e sua relação com a memória. Bergson (1999, p. 276) defende a tese de que a memória não é uma função do cérebro, e que entre percepção e memória não existe apenas uma diferença de intensidade (quantidade), mas sim de qualidade. Bergson (1999, p. 14) concebe o cérebro não como produtor das imagens nem como o local no qual a memória estaria acumulada. O cérebro é o órgão que seleciona representações e memórias visando o agir. Assim, o pensamento bergsoniano aproxima-se do pragmatismo de James (1979, p. 18.). Como salienta Zunino (2010, p. 222) “[...] poderíamos sugerir que das influências recíprocas entre bergsonismo e pragmatismo não se desprende apenas um pensamento que nos incita à ação, senão também uma concepção de filosofia como prática”.

Bergson (1999, p.14) concebe o corpo como um “como um centro de ação” e trabalha com a ideia de que a percepção mescla-se com a memória e nos coloca em contato com a matéria. Bergson (1999, p. 212) volta-se contra o que ele denomina de “dualismo vulgar”, no qual a ideia central encontra-se na tentativa de compreender como o espírito age sobre o corpo e o corpo sobre o espírito. Tal concepção derivada diretamente do dualismo de substância cartesiano deve dar lugar a uma nova forma de dualismo, um dualismo baseado na percepção, no qual a memória (realidade espiritual) mescla-se com a em função de possibilitar a ação do sujeito no mundo material.

Bergson (1999, p. 131) rompe com a concepção reinante a sua época através da qual o cérebro era visto como depositário da memória. No sentido inverso, o cérebro é tomado enquanto órgão que atua como espécie de “filtro da memória”. Em suma, o cérebro tem o caráter de órgão selecionador da memória, alimentando nossas percepções e possibilitando nossas ações com suas implicações no mundo físico. McNab e Klingberg (2007, p 104) respaldam as ideias de Bergson (1999, p. 131) ao realizarem pesquisas nas quais se trabalha com a hipótese de haver áreas específicas no cérebro, *gânglios basais* e *córtex pré-frontal*, responsáveis por filtrar memórias e informações irrelevantes incrementando processos cognitivos elementares e conformando o sujeito para realização de suas ações no mundo.

1 Crítica ao paralelismo psicofísico

Ao realizar a crítica à tese do paralelismo psicofísico, Bergson (2009, p. 202) elabora a ideia do cérebro enquanto imagem, Tal tese tem origem no dualismo de substância cartesiano.

Bergson(2009, p. 205) argumenta que o paralelismo psicofísico encontra-se apoiado em uma base inconsistente, pois tal tese só se sustenta se adotarmos, ao mesmo tempo, dois sistemas de notações filosóficos que se excluem mutuamente. No crivo da crítica bergsoniana, realismo e idealismo são sistemas metafísicos que se diferenciam pela forma de compreensão do real. De forma resumida, o realismo tende a versar acerca do mundo apoiando-se em coisas, enquanto o idealismo fala da realidade em termos de representações.

Do ponto de vista do idealismo a realidade confina-se ao que aparece à consciência. Assim, toda matéria com suas propriedades e as articulações do real são representação. Já para o realismo, para além das representações, há causas não acessíveis à sensibilidade (no sentido kantiano do termo). É suposto que além da percepção fenomênica há a realidade numênica. Assim, um objeto qualquer não se resume ao rol de suas propriedades aparentes. Trabalha-se, no realismo, com essências que escapam ao mostrar-se do objeto.

No entanto, os dois sistemas filosóficos valem-se de princípios adotados ao mesmo tempo por um e por outro. Em uma passagem elucidativa, Bergson (2009, p. 201) esclarece:

[...] idealismo tem por essência o fato de se deter no que está dado no espaço e nas divisões espaciais, enquanto o realismo tem estes dados por superficiais e estas divisões por artificiais: ele concebe, por trás das representações justapostas, um sistema de ações recíprocas, e conseqüentemente uma implicação das representações umas nas outras. Como, por outro lado, nosso conhecimento da matéria não pode derivar inteiramente do espaço, e como a implicação recíproca de que se trata, por mais profunda que seja, não se pode tornar extra-espacial sem tornar-se extra-científica, o realismo não pode ultrapassar o idealismo em suas explicações. Estamos sempre mais ou menos no idealismo (tal como o definimos) quando somos cientistas: caso contrário, não pensaríamos sequer em considerar partes isoladas da realidade para condicioná-las umas em relação às outras, o que constitui a própria ciência. A hipótese do realismo não é mais do que um ideal destinado a lembrar-nos que nunca aprofundaremos suficientemente a explicação da realidade, e que deveremos estabelecer relações cada vez mais íntimas entre as partes do real que se justapõem, a nossos olhos, no espaço. Mas o realista não se pode impedir de hipostasiar este ideal. Ele o hipostasia nas representações dadas que seriam para o idealista a própria

realidade. Estas representações tornam-se então, para ele, outras coisas, isto é, reservatórios contendo virtualidades ocultas: o que lhe permitirá considerar os movimentos intracerebrais (erigidos desta vez em coisas e não mais em simples representações) como encerrando potencialmente a totalidade da representação. Nisto consistirá sua afirmação do paralelismo psicofisiológico. Ele esquece que havia situado o reservatório fora da representação e não dentro dela, fora do espaço e não no espaço, e que, em todo caso, sua hipótese consistia em supor a realidade ou indivisível ou articulada de forma diferente da representação. Fazendo corresponder a cada parte da representação uma parte da realidade, ele articula o real da mesma forma que a representação, ele desdobra a realidade no espaço, e abandona seu realismo pelo idealismo, em que a relação do cérebro ao restante da representação é evidentemente a da parte ao todo.

Para evitar esta manifesta contradição, Bergson (1999, p. 2) adota como ponto de partida a visão do senso comum ao afirmar que se deve considerar a “a matéria antes da dissociação que o idealismo e o realismo operaram entre sua existência e sua aparência”. No bojo desta discussão, uma “teoria da imagem” é proposta visando a solver a contradição acima. Por imagem, Bergson (1999, p. 2) entende:

[...] uma certa existência que é mais do que aquilo que o idealista chama uma representação, porém menos do que aquilo que o realista chama uma coisa - uma existência situada a meio caminho entre a “coisa” e a “representação”. (BERGSON, 1999, p. 2).

Assim, da crítica ao paralelismo psicofísico e da não aceitação das contradições intrínsecas ao realismo e idealismo, tem-se uma concepção de imagem que supera os problemas mencionados, desde que a imagem é mais de que uma representação e menos do que uma coisa. O que há, então, são imagens. A partir daí abre-se caminho para pensar o problema espírito-corpo a partir de outra perspectiva.

1.1 O cérebro como “imagem” prevalente

Dentre as diversas imagens, uma se mostra prevalente: o nosso corpo. Isto porque, no conjunto de imagens que compõe o Universo, nada se produz de realmente novo e criativo que não seja pela mediação daquela imagem particular, cuja forma é fornecida pelo corpo. Ora, nesta cadeia de raciocínio, o cérebro é também uma imagem. No entanto, supor tal imagem – o cérebro, como criadora das demais imagens leva a outra contradição, pois:

É o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro. Suprima a imagem que leva o nome de mundo material, e você aniquilará de uma só vez o cérebro e o estímulo cerebral que fazem parte dele. Suponha, ao contrário, que essas duas imagens, o cérebro e o estímulo cerebral, desapareçam: por hipótese, somente elas irão se apagar, ou seja, muito pouca coisa, um detalhe insignificante num imenso quadro. O quadro em seu conjunto, isto é, o universo, subsiste integralmente. (BERGSON, 1999, p. 13-14).

Originalmente, Bergson (1999, p. 17) concebe o corpo como um centro de ação, que não tem o poder de fazer surgir representações. E, ainda, as imagens que cercam o corpo já trazem potencialmente sua ação. Seria absurdo colocar o cérebro como condição de produção da totalidade das imagens, desde que o cérebro é uma parte dessas imagens. Em poucas palavras, a parte não pode conter o todo. Neste ponto, o propósito primeiro da obra *Matéria e Memória* ocupa o centro das questões. O problema metafísico acerca das relações mente-corpo ganha nova dimensão e o conceito de memória passa a ocupar lugar destacado.

2 Memória e percepção

Para adentarmos no tema da memória, devemos primeiramente identificá-la com a ideia que ocupa a centralidade na obra de Bergson: a ideia de duração. Deleuze (1999, p. 39) afirma haver uma identidade entre duração, memória, consciência e liberdade. Pode-se conjecturar que a ideia de duração em Bergson (2011, p. 87) passa pela interpenetração de momentos heterogêneos. Então, duração é essencialmente mudança qualitativa. Duração e por consequência memória é a realidade temporal desobstruída das categorias próprias para apreensão do espaço. Aqui temos o dualismo que perpassa e é fio condutor do pensamento bergsoniano: o dualismo do espaço e do tempo irá gerar uma série de outros dualismos. Assim, o desdobramento do dualismo base faz surgir pares que apontam para direções diametralmente opostas. Temos a análise e a intuição; a quantidade e qualidade; o tempo da ciência e o tempo da consciência; a moral fechada e a moral aberta e o dualismo escrutinado no presente trabalho: o dualismo da matéria e memória.

Bergson (2011, p. 96) defende que a duração não consiste em uma série de instantes homogêneos, desde que o momento seguinte contém sempre, além daquele que o precedeu, a

lembrança deixada por este. Além disso, como um momento ainda não desapareceu quando o outro já desponta, eles se contraem e se condensam um no outro.

Bergson (2011a, p. 47) nos diz que a “duração é o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança”. O passado tanto cresce incessantemente quanto se conserva indefinidamente. O passado se conserva naturalmente, de maneira que nossos quereres, sentimentos e pensamentos se prolongam e reúnem-se compondo nossa memória, sempre dinâmica. A memória é o ponto de partida no qual nos colocamos em nossas atividades corriqueiras. Para que uma lembrança reapareça à consciência, é preciso que ela desça das alturas da memória pura. Em última análise, Bergson (1999, p. 278) pretende demonstrar que “a memória é algo diferente de uma função do cérebro” (BERGSON, 1999, p. 278). Para tal demonstração resta definir a ideia de percepção e tornar claro qual é a distinção entre memória e percepção e, ainda, mostrar o ponto de confluência no qual a memória e percepção se entrelaçam.

Para chegarmos à ideia de percepção, primeiro é importante afirmar que entre memória e percepção não há uma simples diferença de intensidade. Memória e percepção distinguem-se por natureza. Ou seja, as duas realidades diferenciam-se qualitativamente.

Mas essa ilusão recobre ainda uma outra, que se estende à teoria do conhecimento em geral. O que constitui o mundo material, dissemos, são objetos, ou, se preferirem, imagens, cujas partes agem e reagem todas através de movimentos umas sobre as outras. E o que constitui nossa percepção pura é, no seio mesmo dessas imagens, nossa ação nascente que se desenha. A *atualidade* de nossa percepção consiste portanto em sua *atividade*, nos movimentos que a prolongam, e não em sua maior intensidade. (BERGSON, 1999, p. 72).

Assim, o caráter verdadeiro da percepção consiste em ser um sistema de ações nascentes que se encontra enraizado no real. Novamente desponta a concepção do corpo como “centro de ação”.

2.1 Da relação entre memória e percepção

Poderíamos pensar nas relações entre memória e percepção a começar pela interação que essas duas realidades têm com o mundo material e a esfera espiritual. Desta forma, a percepção está para o mundo da matéria, assim como a memória está para as

coisas do espírito. No entanto, tal distinção não basta, pois não apresenta o ponto de confluência entre memória e percepção.

A originalidade do pensamento bergsoniano, nesta questão, encontra-se na reaproximação entre o inextenso e o extenso, entre a qualidade e a quantidade, entre matéria e memória. E é na ação que a aproximação entre matéria e espírito acontece de forma clara:

Para que uma lembrança reapareça à consciência, é preciso com efeito que ela desça das alturas da memória pura até o ponto preciso onde se realiza a *ação*. Em outras palavras, é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida. (BERGSON, 1999, p. 179).

A memória insere-se em nossos hábitos motores, no instante em que a percepção se dá. Tudo se passa como se a consciência fosse buscar na memória as lembranças, para materializá-las progressivamente em contato com a percepção presente. Então, de nossa memória integral, o corpo em suas diversas atividades, através do cérebro, trabalha com recortes que visam à inserção na teia da matéria, no exato momento em que a percepção engendra a ação. Nesse percurso, o dualismo assumido entre matéria e memória atenua-se, uma vez que “a teoria da percepção pura de um lado, da memória pura de outro, prepararia então o caminho para uma reaproximação entre o inextenso e o extenso, entre a qualidade e a quantidade”. (BERGSON, 1999, p. 212).

Neste ponto, a dissolução do problema mente-corpo vem de uma abordagem centrada na categoria da ação. O dualismo clássico é aqui tratado como o dualismo da matéria e memória é abordado sob a égide do pragmatismo – filosofia examinada com certa simpatia por Bergson, sobretudo no que diz respeito à concepção de verdade enquanto criatividade e invenção. (BERGSON, 2006, p. 253).

Ao final, Bergson (1999, p. 263-291) estabelece proposições conclusivas: i) “o nosso corpo é um instrumento de ação e somente de ação. Em nenhum grau, em nenhum sentido, sob nenhum aspecto ele serve para preparar, e muito menos explicar, uma representação”; ii) “o que se explica pelo cérebro em nossas percepções são nossas ações começadas, ou preparadas, ou sugeridas, e não nossas percepções mesmas”; iii) “o corpo conserva hábitos motores capazes de desempenhar de novo o passado; pode retomar atitudes em que o passado irá se inserir”; iv) “em

nenhum caso o cérebro armazenará lembranças ou imagens”; v) “a memória de um ser vivo parece medir antes de tudo a capacidade de sua ação sobre as coisas”; vi) “A percepção então não é mais que uma seleção. Ela não cria nada; seu papel, ao contrário, é liminar do conjunto das imagens todas aquelas sobre as quais eu não teria nenhuma influência”; vii) “tudo se passará como se deixássemos filtrar a ação real das coisas exteriores para deter e reter delas a ação virtual”; viii) “essa ação virtual das coisas sobre nosso corpo e de nosso corpo sobre as coisas é propriamente a nossa percepção”; ix) “Certamente a seleção das percepções entre as imagens em geral é o efeito de um discernimento que anuncia já o espírito” e, x) “O espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento, em que imprimiu sua liberdade”.

No prefácio da 7ª edição de *Matéria e Memória*, Bergson indica o objetivo principal da obra: afirmar a realidade do espírito, a realidade da matéria, e determinar a relação entre as duas realidades, a partir de um exemplo concreto: o da memória. Pensamos que o atual trabalho tenha contribuído para tal fim. No entanto, ao final do atual trabalho, apresentaremos recentes pesquisas que corroboram a tese defendida por Bergson (1999, p. 26).

3 O cérebro como filtro da memória

Começamos a parte final do presente artigo com uma indagação: Se nossos centros de percepção são bombardeados por um conjunto incomensurável de informações visuais, auditivas, táteis, olfativas, gustativas, entre outras, e não podemos trabalhar ao mesmo tempo com todo este rol de estímulos, haveria algum dispositivo ou mesmo estruturas no cérebro que selecionam determinados estímulos em detrimento a outros?

Esta questão não está completamente resolvida entre neurocientistas. Sendo assim, enfatizaremos algumas pesquisas que estão alinhadas com a tese defendida por Bergson (1999, p. 263). A tese consiste em propor o cérebro como órgão que seleciona informações visando nossa ação no mundo. Eichenbaum (2012, p. 14) discute as dificuldades de relacionar áreas específicas no cérebro às determinadas funções, como o armazenamento das memórias, a despeito de asseverar a importância do papel do hipocampo frente aos processos da memória. Para ilustrar as dificuldades nesse particular, Eichenbaum (2012, p. 14) cita Karl Lashley e as diversas tentativas

falhas no intuito de localizar áreas cerebrais relacionadas às funções mentais superiores. Dado que corrobora com as ideias bergsonianas.

Basar e Duzgun (2016, p. 202) propõem que para o entendimento do “funcionamento neurofisiológico e o processamento cognitivo das populações neurais” é necessária uma nova descrição da memória. Esta nova descrição abrangeria todos os estados da memória – a hipermemória. Chamamos atenção para a proximidade do conceito de duração exposto em Bergson (2011, p. 69) e o conceito de hipermemória. Hipermemória, sendo o conjunto das memórias particulares, equivale à ideia de duração. Fato relevante no contexto final do presente artigo, desde que conceitos filosóficos ganham agora suporte empírico. Porém, dentre os estudos recentes no campo das neurociências que respaldam a tese bergsoniana de que o cérebro é eminentemente o órgão que impede com que a memória se mostrasse em sua totalidade, destacamos estudos que sinalizam nesta direção.

McNab e Klingberg (2007, p 106) demonstraram que a capacidade de armazenar e recuperar informações varia de acordo com o grau de relevância de nossas memórias. A questão posta em destaque diz respeito à forma como a seleção de itens relevantes acontece. Os autores concluíram que o cérebro não pode lidar com a totalidade de informações advindas das vivências. Logo é necessário haver uma espécie de filtragem das informações.

McNab e Klingberg (2007, p 105) utilizaram recurso de ressonância magnética em 25 sujeitos saudáveis. Os voluntários foram submetidos a um teste computadorizado, no qual eram instados a responder a certos tipos de imagens, apresentados ora com fatores irrelevantes para realização da tarefa, ora sem os mesmos. Na pesquisa, os cientistas observaram que pessoas que têm boa memória registraram maior atividade nos gânglios basais, mesmo quando sofrem interferência de elementos causadores de distrações,

Os cientistas descobriram que quando as imagens acompanhadas dos elementos tidos como causadores de distrações apareciam, havia um aumento na atividade nervosa nos gânglios basais e no córtex pré-frontal, o que sugere que o cérebro estava se preparando para "filtrar" estas informações visuais. No estudo referido, mostrou-se que a atividade no córtex pré-frontal e nos gânglios basais precedeu a filtragem de informações irrelevantes. Estes dados estão em conformidade com a tese apresentada por Bergson (1999, p. 16).

Referências

- BASAR, E. DUZGUN, A. The brain as a working syncytium and memory as a continuum in a hypertime-space: Oscillations lead to a new model. *International Journal of Psychophysiology*. v. 103, p. 199-214 maio 2016, páginas 199-214. Disponível em <www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167876015000501> Acesso em: 08 maio 2017.
- BERGSON, H. *Matéria e memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *O Pensamento e o Movente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. O Cérebro e o Pensamento: Uma Ilusão Filosófica. In: *A Energia Espiritual*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 191-209.
- _____. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- _____. *Memória e vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.
- Eichenbaum, H. What H.M. Taught Us. *Journal of Cognitive Neuroscience* v. 25, n 1 p. 14-21, 2012. Disponível em: <<http://www.smbs.buffalo.edu/acb/neuro/readings/Memory-WhatHMTaught.pdf>> Acesso em: 07 maio 2017
- JAMES, W. *Pragmatismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MCNAB F, KLINGBERG, T. Prefrontal cortex and basal ganglia control access to working memory. *Nature Neuroscience*. v. 11, p. 103-110, jan. 2008.
- ZUNINO, P. Do pragmatismo à intuição mística: uma leitura bergsoniana de William James. *Cognitio-estudos*. v. 7, n. 2, p. 221-235, jul-dez. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/3319>> Acesso em: 10 de maio 2017.